

42

~~SEM EFEITO~~

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0280377-4/01
EMBARGANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE
Procurador: Dr. Filipe Leite Chaves
EMBARGADO: ALCINDO JOSÉ DE SOUZA CAMPOS e outros
Advogado: Dr. Manoel Augusto Fraga Jales
RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

EMENTA:

"TRIBUTÁRIO. IPTU. BASE DE CÁLCULO. VALORES SUPERIORES AOS ÍNDICES OFICIAIS DE CORREÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 160/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VEDAÇÃO. SUMULA Nº 07/STJ.

1. A decisão embargada, a despeito de adotar posicionamento divergente dos interesses da parte embargante, abordou todos os aspectos necessários ao deslinde da lide, inexistindo o(s) apontado(s) vícios no julgado embargado.
2. Matéria embargada discutida à exaustão, mormente quanto à não existência do periculum in mora.
3. A presente via não é adequada para ensejar a reapreciação de matéria amplamente discutida pela Câmara Julgadora. Precedentes do S.T.J.
4. Embargos rejeitados. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0280377-4/01, em que figuram como embargante o MUNICÍPIO DO RECIFE e como embargados ALCINDO JOSÉ DE SOUZA CAMPOS e outros.

Acordam os Desembargadores que integram a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer dos presentes embargos declaratórios, para negar-lhe provimento, confirmando o acórdão lavrado em todos os seus termos, tudo na conformidade do voto e do relatório constantes dos autos.

Recife, 22 de 01 de 2013.

DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
Relator

43
SEM EFEITO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0280377-4/01
EMBARGANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE
Procurador: Dr. Filipe Leite Chaves
EMBARGADO: ALCINDO JOSÉ DE SOUZA CAMPOS e outros
Advogado: Dr. Manoel Augusto Fraga Jales
RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS, RELATOR:

Vistos etc.

Trata-se de Embargos de Declaração com efeitos infringentes, opostos contra Decisão Terminativa que, nos autos do agravo de instrumento em apenso, negou-lhe seguimento, mantendo a decisão interlocutória de primeiro grau.

A parte embargante argüi, na oportunidade, omissões na decisão monocrática, em razão de não ter se pronunciado quanto ao risco de dano de difícil reparação, mas apenas ao exame da pretensão fático-probatória conexa com o direito alegado.

Aduz, ainda, que não houve pronunciamento acerca da existência ou não de alteração do valor do metro quadrado dos imóveis, aumentando os seus valores venais ou apenas o reenquadramento do imóvel nas faixas de valores superiores.

Requer, por fim, sejam os presentes embargos conhecidos e providos para que, sanadas as omissões apontadas, sejam atribuídos efeitos infringentes ao recurso.

44
SEM EFEITO

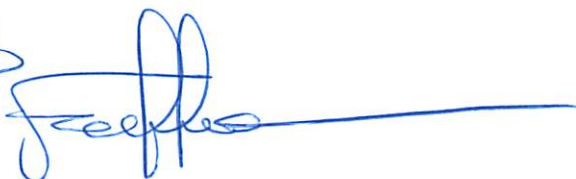
Intimada para oferecer contrarrazões aos embargos, a embargada, requer a inadmissibilidade do recurso em razão da não existência de omissão quanto a fundamentação da decisão atacada.

Conforme disposições do artigo 537, do C.P.C., apresento em mesa o vertente sucedâneo.

É o relatório.

Recife,

22/01/2013



DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
Relator

45
SEM EFEITO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0280377-4/01
EMBARGANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE
Procurador: Dr. Filipe Leite Chaves
EMBARGADO: ALCINDO JOSÉ DE SOUZA CAMPOS e outros
Advogado: Dr. Manoel Augusto Fraga Jales
RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO

Segundo os dispositivos legais referentes ao sucedâneo ora exercitado, essa interposição tem lugar sempre que houver, nas decisões judiciais, omissão, contradição ou obscuridade (art. 535, do C.P.C.).

Vale lembrar, ainda, que o rol apresentado pelo referido dispositivo normativo não é meramente exemplificativo, ou seja, ele enumera todas as possibilidades nas quais serão admitidos e acolhidos os declaratórios, de modo que, se inexistem os três requisitos acima listados, os embargos não haverão de lograr êxito.

Dessa forma, nota-se a inadmissibilidade de utilização da via ora utilizada com propósitos de confrontar os fundamentos da decisão embargada, sendo certo que, se a parte sucumbente discorda do entendimento perfilhado pelo magistrado ou turma julgadora, e pretende ver prosperar a tese por si aventada, em detrimento da que fundamenta a decisão judicial, ela deve utilizar-se dos meios impugnatórios cabíveis, segundo os ditames da legislação adjetiva, devendo ser anotado, com segurança, que se revelam *improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas* (EDcl nos EDcl no AgRg nos EREsp 612154/RN. Relator: Ministro Teori Albino Zavascki. Primeira Seção. Publicação: DJ 05.03.2007 p. 254).

46
SEM EFEITO

O excerto acima transcrito representa posicionamento assente no STJ, e encontrado aos borbotões neste Tribunal de Justiça, mormente nesta Primeira Câmara de Direito Público, sendo estreme de dúvidas que os aclaratórios não se prestam para rediscutir matéria já enfrentada pelo órgão jurisdicional.

No caso presente, cinge-se a presente controvérsia na possibilidade do Município Embargante aumentar o valor venal dos imóveis e, conseqüentemente, a base de cálculo do imposto predial e territorial urbano.

A Decisão Terminativa ora embargada anotou que não pode o Município aumentar o tributo sem edição de Lei, nos termos do art. 150 da CF/88 e 97 do CTN.

A título elucidativo, segue transcrição da decisão embargada:

"...é pacífico que não pode o Município, a pretexto de rezonar a sua área, aumentar o valor venal dos imóveis e, conseqüentemente, a base de cálculo do imposto predial e territorial urbano, nos termos do artigo 150, inciso I da CF/88 combinado com o 97, inciso I do CTN, in verbis:

Art. 150, CF/88. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

E

Art. 97, CTN. Somente a lei pode estabelecer:

II - a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

Conclui-se da leitura, que nenhum tributo pode ser majorado sem que lei anterior estabeleça, de tal sorte que, utilizar-se de instrumento diverso para aumentar a base de cálculo do IPTU, tal qual o Decreto do Poder Executivo, é ilegal e inconstitucional, ressalvada a hipótese de correção monetária."

Quanto à alegada omissão acerca do risco de nado irreparável ou de difícil reparação, não obstante ser prescindível, em razão do não

22 47
~~SEM EFEITO~~

preenchimento do primeiro requisito, qual fosse a do *fumus boni jûris*, este relator se pronunciou conforme o seguinte:

"Ademais, deve-se ressaltar a inexistência da possibilidade da decisão recorrida ocasionar danos graves e irreparáveis ao recorrente, não se podendo assegurar o mesmo, contudo, em relação à parte agravada, uma vez que a mesma irá se submeter a aplicação de alíquota superior a que verdadeiramente deveria ser aplicada de acordo com o entendimento já sumulado desse tribunal, que determina a inconstitucionalidade da progressividade do ICD."

Razão esta, porque tenho que não merece respaldo a alegação para que sejam declarados explicitamente fundamentos outros, levantados pelo Embargante, uma vez que o Julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e à legislação que entender aplicável(is) ao caso concreto.

Ressalto, ademais, que para fins de prequestionamento, erigido a requisito de admissibilidade dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, é necessário apenas que a matéria versada nos autos tenha sido apreciada e decidida pela Corte Local, não havendo qualquer exigência que o acórdão embargado disserte ou faça referência expressa a dispositivos legais ou constitucionais invocados pela embargante, bastando que o Órgão Julgador tenha exposto de forma clara e coerente, a motivação que o conduziu ao resultado do julgamento.

Desta feita, os embargos devem ser rejeitados e a decisão mantida nos termos em que proferida.

Posto isso, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e mantenho a decisão por seus próprios termos e suficientes fundamentos.

É como voto.

Recife,

22/01/2013



DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
Relator